

“Memória sobre as Viagens Filosóficas”: um manuscrito setecentista do naturalista Manuel Galvão da Silva

“Memória sobre as Viagens Filosóficas”: An eighteenth century
manuscript by the naturalist Manuel Galvão da Silva

BRENO FERRAZ LEAL FERREIRA

Universidade Estadual de Campinas | UNICAMP

RESUMO Trata-se da transcrição do manuscrito “Memória sobre as Viagens Filosóficas”, de autoria do naturalista luso-americano Manuel Galvão da Silva (Bahia, 1750-?). No texto introdutório, analisamos esse documento em conjunto com outros escritos de Galvão da Silva, bem como com as instruções de viagem que recebeu para ir à Bahia, Goa e Moçambique – este último, o local onde foi escrito. Discutimos também sobre a possível data e a finalidade para a qual foi redigido. Sua leitura permite concluir que uma das principais preocupações do naturalista era a questão da saúde. As enfermidades foram uma constante na sua trajetória como viajante e, com base na debilitação de seu estado de saúde, procura justificar os baixos resultados alcançados no exame da natureza local.

Palavras-chave Manuel Galvão da Silva – viagens filosóficas – Moçambique – Ilustração – história do pensamento médico.

ABSTRACT This is a transcription of the manuscript “Memory on the Philosophical Journeys”, by the Portuguese American naturalist Manuel Galvão da Silva (Bahia, 1750-?). In the introductory text, we analyze this document in conjunction with Galvão da Silva’s other texts, as well as the travelling instructions he received for an expedition to Bahia, Goa, and Mozambique, the latter being the place where it was written. We also discuss the possible date and the purpose for which it was written. The text allows us to conclude that one of the main concerns of the naturalist was the issue of health. Diseases were a constant in his journey as a traveler and, based on the decay of his health, he seeks to justify the meager results achieved in his researches.

Keywords Manuel Galvão da Silva - philosophical journeys – Mozambique – Enlightenment - history of medical thought.

Apresentação do documento

Excetuando-se cartas enviadas ao ministro dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro (1716-1795), publicadas por William Simon, foram publicados apenas três documentos redigidos por Manuel Galvão da Silva durante as suas viagens científicas empreendidas no final do século XVIII: as “Observações sobre a História Natural de Goa”, produzidas entre dezembro de 1783 e janeiro de 1784 e publicadas por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara pela Imprensa Nacional em 1862¹; e dois diários relativos a excursões que empreendeu em Moçambique: o “Diário ou Relação das Viagens Filosóficas, que por Ordem de Sua Majestade Fidelíssima, tem feito nas Terras da Jurisdição da vila de Tete, e em algumas dos Maraves” (4 de julho de 1788) e o “Diário das Viagens feitas pelas terras de Manica em 1790”² (referente a um período que vai de agosto de a novembro de 1788) – ambas publicadas em 1954 pela Junta de Investigações do Ultramar – Ministério do Ultramar³. O texto que agora publicamos – “Memória sobre as Viagens Filosóficas”⁴ – vem a se juntar a estes, possibilitando a oportunidade de se conhecer um pouco mais da trajetória e das ideias deste importante, porém (ainda) um tanto desconhecido, naturalista luso-americano da Ilustração portuguesa.

Manuel Galvão da Silva (Bahia, 1750-?) se formou em Filosofia (1776) na reformada Universidade de Coimbra. Foi aluno de Química e História Natural de Domenico Vandelli (1735-1816) e, posteriormente, um dos escolhidos por este para realizar as chamadas Viagens Filosóficas, como ficaram conhecidas as excursões de inventariação das produções naturais dos domínios portugueses levadas a cabo no âmbito do projeto História Natural das Colônias – projeto idealizado por Vandelli e posto em prática por Melo e Castro.⁵ Inicialmente, o plano era que diversos ex-alunos de Vandelli em Coimbra formados naturalistas (além de Galvão da Silva, Alexandre Rodrigues Ferreira, João da Silva Feijó e Joaquim José da Silva), e que desde o final dos anos 1770 trabalhavam no jardim botânico e museu da Ajuda, realizassem conjuntamente uma Viagem Filosófica para o Brasil. Contudo, por decisão do ministro tomada pouco antes da execução do plano (1782), o projeto foi abortado e a cada um deles coube um destino. Galvão da Silva foi neste momento nomeado Secretário de Governo da Capitania Geral de Moçambique. Sua viagem se iniciou no ano seguinte, quando, antes de chegar ao domínio português na África para possivelmente passar o resto de sua vida, passou rapidamente pela Bahia, onde examinou uma mina de Cobre em Vila da Cachoeira, e por Goa, local no qual passou cerca de dois meses examinando produtos naturais locais – ambos também por orientação oficial. Acompanharam-no o jardineiro José da Costa e o riscador António Gomes. Já seus ex-colegas em Coimbra também partiram em 1783: Alexandre Rodrigues Ferreira para o Grão-Pará, Rio Negro e Mato Grosso (o único a ter o destino inicial mantido), enquanto que João da Silva Feijó e Joaquim José da Silva foram enviados para Cabo Verde e Angola, respectivamente.

A iniciativa de enviar três dos quatro naturalistas à África (insular e continental) insere-se num contexto mais amplo de missões enviadas pelo Estado durante o século XVIII, geralmente lideradas por personagens de origem luso-americana – como Galvão da Silva e os três demais citados. São conhecidos alguns nomes de personagens que ocuparam cargos administrativos em domínios africanos. Em relação a Moçambique, António Pinto de Miranda e João da Costa Xavier foram secretários gerais de Moçambique (o segundo entre 1767 e 1768), tendo Galvão da Silva vindo a sucedê-los. Posteriormente, em 1797, o ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho nomeou o naturalista Francisco José de Lacerda e Almeida (São Paulo-1753 – Cazembe-1798) Governador dos Rios de Sena, com a incumbência de fazer a travessia terrestre de Angola a Moçambique.⁶ Teria chegado ao Tete (Moçambique) ainda neste ano e faleceria no seguinte. A ocasião do envio de Lacerda e Almeida coincide com o momento em que deixam de existir registros de Galvão da Silva, que possivelmente faleceu por volta de 1793. Poder-se-ia, portanto, supor que um foi mandado a substituir ao outro.

Galvão da Silva, portanto, acumularia a função de naturalista e um cargo administrativo importante entre 1784 e 1793, o de Secretário do Governador. Em 1791, foi nomeado ainda Procurador da Coroa e da Fazenda para Moçambique. E, entre 1791 e 1793, ocupou também a função de Selador da Alfândega. Correspondeu-se frequentemente durante a viagem com Martinho de Melo e Castro e Julio Mattiazi (jardineiro da Ajuda), sendo a última correspondência de sua autoria enviada para a Corte datada de 2 de março de 1793, em Moçambique. A partir daí, não são conhecidas mais notícias de sua vida. A “Memória sobre as Viagens Filosóficas” se refere a este período que viveu em Moçambique.

O texto não é datado. Porém, uma possibilidade é que tenha sido escrito antes das viagens a Tete, Malgarves e Manica, ou seja, que anteceda a 1787. Entre a passagem por Goa e este ano, como veremos, já havia registrado situações em que estivera doente, constituindo o tema das enfermidades o principal desta memória, como analisaremos à frente. Ademais, as viagens registradas nestes diários foram de fato realizadas tendo em vista o mapeamento dos produtos naturais locais, e não há menção alguma a estas excursões no manuscrito, nem aos produtos observados naquelas ocasiões. Também não há referência ao destinatário nem a correspondências anteriores, como era comum. É possível que fosse Martinho de Melo e Castro ou mesmo Vandelli. Se for a este, é o único registro conhecido de correspondência com seu antigo mestre em Coimbra. A Julio Mattiazi certamente não era, pois o pronome de tratamento utilizado neste documento ("V. Ex^a"), não corresponde ao utilizado nas demais cartas ("Sr.").

Um trecho que poderia ser esclarecedor nos permanece sendo uma incógnita: "De quanto gosto nós não enchemos ainda agora, eu e meus companheiros, por ouvirmos a V. Ex^a o mais completo elogio da filosofia? Assim é que recobramos o ânimo, que já de todo nos faltava, vendo-nos sem patrono, que nos protegesse, e achando em V. Ex^a o grande mecenas, que em todo tempo procuraram as ciências e as artes". Em primeiro lugar, a que tempo se refere o "agora"? Trata-se daquele momento específico em que escrevia em Moçambique ou de um período mais extenso referente ao momento de revalorização da História Natural em Portugal, que remontaria às reformas pombalinas da Universidade de Coimbra e ao ensino ministrado por Vandelli? Além disso, quem seriam os desanimados "meus companheiros"? Seriam aqueles que o acompanhavam nas viagens à Bahia, Goa e Moçambique ou, também num sentido mais abrangente, o conjunto de naturalistas formados em Coimbra, seus ex-colegas, muitos dos quais enviados a viagens filosóficas? E, por fim, por que se encontrariam "sem patrono" e quem seria o novo "grande mecenas"? Refere-se a uma situação particular ou, novamente, a uma época abrangente da História de Portugal?

Um detalhe nos leva a inclinarmos a pensar que se tratam, todas, de referências ao momento de valorização das ciências naturais a partir de Pombal. Este trecho vem logo em seguida à seguinte parte do escrito: "Felizes os portugueses, dizia Linneu, se conhecessem os seus bens! Felizes porque tendo dilatadas colônias por toda parte, não somente para si tem tudo quanto se pode desejar, mas poderiam com os seus sobejos negociar com as demais nações felizes!". O comentário atribuído a Lineu parece se referir ao seguinte trecho de uma carta enviada por Lineu a Vandelli a 12 de fevereiro de 1765:

Se portugueses e espanhóis conhecerem os bens da natureza, quão infelizes serão os outros, que não possuem terras exóticas. (...) Depois que a Europa inteira foi calcada pelos pés dos botânicos, resta agora somente Portugal, terra próspera que merece a alcunha de Índia da Europa.²

Se foi esse mesmo o caso, então pode-se concluir que a "Memória sobre as Viagens Filosóficas" foi escrita a partir de 1788, pois data deste ano a publicação, em latim, das cartas trocadas entre Vandelli e Lineu.⁸ Além disso, sugere-nos mais fortemente ser Vandelli o destinatário da carta. Isso explicaria também o fato de o discurso da carta ter tantas semelhanças com as proposições do naturalista italiano, seu ex-professor e mentor da viagem, assim como justifica a presença de uma linguagem bem diferente da usada em cartas remetidas a Melo e Castro e de informações que este já deveria conhecer.

O fato é que Galvão da Silva recebeu orientações específicas das autoridades portuguesas. Martinho de Melo e Castro advertiu o governador da Índia, D. Frederico Guilherme de Sousa, que o naturalista tinha a missão de descrever e examinar a História Natural local e de remeter à Corte produtos naturais.⁹ O mesmo o fez a Pedro de Saldanha e Albuquerque, então governador e capitão-geral de Moçambique e Rios de Sena, ao ordenar que o naturalista examinasse e descrevesse "tudo o que houver nesta capitania relativo a História Natural, em recolher, preparar e remeter a esta Corte tudo o que houver de dirigir-se a ela, na conformidade dos exemplares das instruções que a Academia das Ciências de Lisboa publicou a este respeito, que a moção passada remeti a V. S^a das instruções particulares que leva o Manuel Galvão da Silva debaixo de cuja direção devem trabalhar os outros dois que leva na sua companhia"¹⁰. As referidas instruções da Academia das Ciências correspondem à publicação *Breves Instruções aos correspondentes*

da *Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos productos, e noticias pertencentes à história da natureza, para formar um museo nacional* (Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1781), documento que Galvão da Silva possivelmente ajudou a produzir.

Anteriormente, Vandelli já havia redigido um documento contendo instruções precisas sobre como o naturalista deveria proceder nos estudos feitos nas viagens. Este documento – que comentaremos a seguir – continha o mesmo espírito do curso filosófico do qual era professor e no qual Galvão da Silva se bacharelou. O curso de Filosofia em Coimbra era basicamente um curso de ciências naturais voltado ao ensino das utilidades que a natureza poderia proporcionar aos homens. Dos quatro anos da grade curricular, três eram dedicados ao estudo da natureza – História Natural, Química e Física –, sendo a cadeira dos dois primeiros ocupada por Vandelli. O lente, conforme os novos estatutos universitários, deveria pôr em prática um ensino principalmente voltado ao estudo das utilidades que os produtos naturais poderiam oferecer ao homem, na medicina, economia (agricultura, comércio...), alimentação etc. Em História Natural, afirmava-se que era necessário dar ênfase nos nas “utilidades” que os animais poderiam proporcionar aos homens, que o professor deveria “demorar-se sempre no útil” no ensino das plantas e que as “diferentes espécies de *terras, pedras, sais, substâncias inflammas* e, em geral, de todos os corpos inanimados e destituídos de órgãos sensíveis que se acham na superfície e nas entranhas da Terra” certamente poderiam “ter alguma utilidade no uso das Artes”¹¹.

O mesmo pragmatismo constava do documento de Vandelli relativo aos procedimentos e orientações que os naturalistas deveriam seguir nas excursões científicas, denominado “Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações, deve principalmente observar” (1779). Segundo o documento, o primeiro procedimento a que o naturalista deveria obedecer seria a produção de um diário, no qual deveriam ser anotados “os objetos que se encontram, do país do seu descobrimento, com respeito ao ano, mês, dia e lugar em que se acham”. Esse diário deveria ser a base para que, posteriormente, “nas horas de descanso”, se pudesse “mais perfeitamente descrever” os mesmos produtos naturais, “conforme o sistema natural”. Nas descrições deveriam ser indicadas informações como a “latitude, ou a altura do polo, a longitude, clima e quantidade da atmosfera em que se acham no globo”¹². Além de tomar notas das características físicas do “país” em que se encontra – o que denomina “conhecimento físico” –, o naturalista deveria também registrar as características econômicas, populacionais, políticas e culturais das populações locais, o conhecimento “moral dos povos”¹³. As descrições dos produtos naturais deveriam ser feitas com base na clássica divisão da natureza nos “três reinos”, referidos por ele como “mineralogia”, “reino das plantas” e “reino animal”. O principal, todavia, era que fossem apontadas as utilidades que cada produto poderia oferecer aos homens, tendo em vista principalmente seu aproveitamento econômico – no mesmo diapasão do ensino ofertado pelo mesmo Vandelli em Coimbra.

Se as instruções (de Melo e Castro e Vandelli) deveriam ser seguidas, então poderíamos relacioná-las aos textos de Galvão da Silva. Enquanto o documento sobre Goa se parece mais com a etapa da descrição da natureza, o material sobre as regiões moçambicanas e adjacências se refere à fase preliminar, isto é, da produção de diários. Nenhum deles, contudo, corresponde exatamente às orientações vandellianas. O curtíssimo tempo planejado pelas autoridades portuguesas para que ele e sua comitiva permanecessem em Goa, cerca de dois meses (que foi o que de fato o período em que lá se fixaram: o navio aportou na Índia a 4 de Dezembro de 1783 e partiu para Moçambique a 31 de Janeiro de 1784), teria prejudicado que o naturalista descrevesse tudo o que viu. São, inclusive, desconhecidos os diários referentes a esse período, se é que foram escritos. O resultado das pesquisas em Goa foi a produção de uma relação, em latim, de minérios e plantas, com breves descrições de suas características, e sem menção às suas possíveis utilidades. Em suas palavras, “sendo inumeráveis as plantas, que nascem nas Ilhas e lugares de Goa, e que me vieram à mão, me tenha contentado com tão poucas”. Além disso, afirma ter sido “inteiramente impossível reduzir ao sistema de Lineu plantas, das quais umas apenas tinham flor, outras somente fruto, as demais delas nem flor nem fruto”, justificativa com a qual explicava a não obediência à orientação de que os produtos naturais deveriam ser descritos “conforme o sistema natural”. E complementa: “Desta sorte, vi-me obrigado a largar muitas, que me pareciam espécies novas, por não haver tempo para as reduzir, escolhendo somente algumas, que me parecem novos gêneros, ou acham-se ainda muito pouco descritas”. A não inclusão de animais se devia ao fato de que, embora

se acham por aqui muitos (...), como é preciso tempo para descobrir os quadrúpedes, prepará-los e encher-lhes as peles; e os pássaros necessitam de ser apanhados em redes ou laços, para se não despedaçarem, não se pode fazer deles nenhuma coleção¹⁴.

Portanto, a respeito do Reino Animal, limitou-se a enviar alguns espécimes aos museus lisboetas. Já a produção escrita referente a Moçambique se limitava a diários (os de Tete-Maraves e Manica, além de outros não publicados¹⁵), primeira etapa da pesquisa de acordo com Vandelli. Porém, as distâncias entre o método proposto por este e o executado pelo viajante também aqui salta aos olhos. Exemplo: ao passo que as orientações falavam da necessidade de, após inserir a data no alto da página da primeira folha, que em seguida deveria ser acompanhado da divisão da folha em colunas e linhas, formando-se uma quadro no qual se indicariam as “circunstâncias do dia”, “produtos”, “lugares”, “latitude”, “longitude” e “vizinhanças e circunstâncias do lugar”¹⁶, nos diários publicados de Galvão da Silva não foi seguida essa orientação. E, também em relação a Moçambique, os diários não serviram de base – até onde se sabe – para a elaboração de um relatório descritivo dos produtos naturais da região em seus três reinos. A razão disso certamente estava relacionada a diversos problemas que enfrentou, relacionados à sobrecarga de trabalho – tendo ele que acumular o cargo de naturalista com a função de secretário do ministro e outras funções administrativas –, a ter uma restrita equipe de apoio, a desavenças com autoridades africanas e, principalmente, ao seu constante estado debilitado de saúde – as duas últimas, questões que comentaremos adiante.

Por sua vez, as orientações de envio de produtos naturais recolhidos durante as viagens foram de fato cumpridas. A correspondência com Julio Mattiazzi¹⁷ – nunca publicada – atesta frequentes remessas de plantas, animais e minerais à Ajuda, muito embora tenha reclamado, na carta a Melo e Castro de agosto de 1785, que “nem o Doutor Vandelli nem Julio Mattiazzi me tem escrito sobre o estado em que chegaram os peixes que mandei de Goa, para saber como os ei de mandar”¹⁸.

142

A maneira como concebe a natureza e a necessidade das viagens nesta “Memória sobre as viagens filosóficas” também demonstra o vínculo com Vandelli. Semelhantemente a seu mestre, considera que “as riquezas de um Estado [consistem] na maior soma de produções da natureza e no artifício de as saber variar de diversas maneiras, segundo os diferentes usos da vida; e sendo a História Natural, ajudada da Física, e da Química que nos conduz ao verdadeiro conhecimento dos seres do Universo; que nos ensina a sua índole, os seus usos e o modo, porque podemos viver em sua satisfeita abundância; e em uma palavra, que nos facilita os meios, não só de aproveitarmos-nos do que a natureza tem de mais útil às necessidades da vida”. A mobilização da natureza por meio do estudo da História Natural para fins utilitários e para o enriquecimento do Estado correspondia exatamente à concepção de Vandelli. Este outro trecho também deixa isso claro:

Não servem as viagens só de aumentar a teoria das ciências, nem se limitam, graças à boa Filosofia, à conhecimentos estéreis (...); servem de mostrar aos soberanos quanto podem tirar das suas possessões, servem de mostrar aos povos quais são os produtos que, ou a necessidade ou o luxo tem feito apreciáveis no mundo, e de ensinar-lhes enfim o meio de os manobrar de sorte que pareçam outros, ou de os transformar de todo em outros novos.

Ou seja, tal como o seu ex-professor, advoga pela utilidade das pesquisas sobre a natureza. Ademais, no escrito Galvão da Silva diferencia, tal como Vandelli, um “conhecimento moral dos povos” e um “conhecimento físico do país” – descrição moral e física, respectivamente.

Porém, dos três reinos da natureza, um prevaleceu nos comentários e pesquisas de Galvão da Silva. Como afirmou Ronald Raminelli, “a maior contribuição de Silva para a ciência foi precisamente o esforço de coletar minerais”¹⁹. Isso já ficava claro no relatório sobre a História Natural de Goa. Primeiramente, assinalou ter lá investigado as “substâncias que pertencem ao Reino das Pedras, sem achar mais que um ferro”. Partiu depois para as “ilhas e lugares subordinados a Goa”, onde foi pesquisar “alguma produção que pudesse ser útil à minha pátria”. Mas afirma ter encontrado a mesma dificuldade. Em outra província local (Salcete, mais precisamente em Mormugão), diz ter sido levado por ter

ouvido falar que lá havia uma mina de ouro, que de fato encontrou. Havia nessa região também um monte que “se compõe de uma pedra a que chamam os naturalistas quartzo rupestre”. Por fim, comenta ainda sobre pérolas e ferros observados na jornada²⁰.

No diário sobre as terras do Tete e Maraves, também fica claro que seu olhar se dirigiu principalmente à busca de produtos do Reino Mineral (ouro, ferro, quartzo, ferro, cal, cobre), além de ter-lhe chamado a atenção a questão do uso da mão de obra escrava. O mesmo se dá em relação a Manica, em cujo diário se referiu principalmente ao ouro da região, muito embora a descrição da geografia (principalmente rios) e de costumes locais predomine em seu relato. Seu interesse pelo ouro, inclusive, levou-o a ser condenado por ter cometido o “Grande Milando”, ou seja, um crime. O motivo seria que estava “a espiar as suas terras [do Chicanga, autoridade local] para lhe levar guerra, e que queria enfeitiçar-lhe”. Galvão da Silva relata ter sido “obrigado a viver metido na minha palhoça, e dar menos passeios pelos arredores da feira, onde parece haver grande abundância de ouro”, mas que “passado algum tempo, e posto tudo em quietação, tendo ajuntado como pude, as amostras de muitas minas de ouro, e várias outras; parti para Sena em companhia do Capitão-Mor”²¹. Na mesma narrativa, portanto, comenta sobre os apuros pelos quais passou com autoridades locais e questões relacionadas à “descrição física” das regiões e “moral” dos povos.

Dadas essas questões, poder-se-ia pensar que a “Memória sobre as viagens filosóficas” seria um relatório (“memória”) das viagens feitas por Galvão da Silva por Moçambique. Porém, da mesma forma como não se trata de um diário, não contém a descrição de nenhum produto nem o apontamento de suas potencialidades econômicas, dietéticas ou médicas. Sendo assim, do que se trata este manuscrito?

A resposta que nos parece mais pertinente é: trata-se de uma carta, escrita para alguma autoridade portuguesa (como discutimos anteriormente, possivelmente Vandelli), em que Galvão da Silva procura justificar os pouquíssimos resultados de suas pesquisas. A linha seguida pelo autor é parecida com a assinalada nas “Observações sobre a História Natural de Goa”: argumenta não ter condições de realizar o inventário concebido pelos idealizadores do projeto História Natural das Colônias. Quando chega à sua parte final, afirma que “Resta tratar das produções naturais que devem haver em Moçambique”, região situada num continente “rico em produtos (...)” os quais “serão de tanto interesse ali as indagações de um naturalista, como no Brasil”. Ou seja, revela não ter feito – ou tê-las feito alguém do esperado –²² as “indagações” pedidas pelos seus financiadores, a despeito de ocupar o cargo de naturalista oficial. Limita-se, portanto, a apontar o potencial que a pesquisa poderia proporcionar, já que “Acham-se em África toda a sorte de vegetais, de drogas e especiarias úteis à medicina e ao comércio”, como “resinas”, “gommas”, “bálsamos”, “paus de tintas” e “madeiras” – sem precisar exatamente quais. Há também “uma prodigiosa quantidade de animais naqueles países”, bem como minerais importantes a serem inventariados e explorados: “metais, semi-metais; os sais, os betumes; os enxofres; as terras; e as pedras”, além de ouro e prata.

Suas palavras finais não deixam dúvidas de que o propósito do relato é apontar possíveis benefícios que uma investigação sobre a natureza local poderia auferir, mas que não se encontrava em condições de fazê-lo: “Que dilatado campo pois senão oferece em Moçambique, para fazer as suas observações um naturalista. Mas qual seria o que pudesse, sem desanimar, não digo observar; mas ainda contemplar e muito, que há, digno de ser examinado nas suas vizinhanças”.

Todavia, o documento tem um tema principal, e trata-se mais do que uma justificativa para a não realização das pesquisas. Galvão da Silva disserta sobre a necessidade, apontando os caminhos necessários, de que as autoridades prestassem atenção à questão das frequentes doenças locais que debilitavam a saúde dos portugueses para lá enviados. O grave problema era-lhe particularmente caro, pois, como veremos a seguir, justifica constantemente o adiamento das excursões locais com base nessa explicação.

Os problemas de saúde (doenças e epidemias), seus e de seus companheiros de viagem, já constituíam um tema presente nos diários e também nas correspondências enviadas a Martinho de Melo e Castro. Em carta ao ministro, datada de 18 de agosto de 1784, afirmava que em Goa havia trabalhado “até perder a saúde”, e que “Já vou desanimando, e de todo me veria corrido, e envergonhado, pelo pouco fruto, que das minhas fadigas tenho montrado [sic] a V. Ex^a;

senão restasse ainda à minha esperança todo vasto país dos Rios de Sena²³. Este último comentário dizia respeito já a Moçambique, tanto que na carta seguinte (de agosto de 1785), afirmava, a respeito da anterior, que “escrevi a V. Ex^a que me ficava dispondo para partir para os Rios de Sena, onde considerava tirar muito maior utilidade das viagens filosóficas, do que em andar por aqui perto correndo a costa e alguma porção do continente, como já, sem alguma utilidade, tinha feito por Sancule”. Ou seja, a essa altura, já havia feito pesquisas na costa no continente africano, mas nada encontrado de relevante. Não havia ido ainda às regiões do Sena pois “os governadores deste Estado” não haviam consentido que partisse em novembro, época de “invernadas”. Em suas palavras: “Difícilmente me acomodará a esta razão se o receio de não estar ainda afeito ao clima, e passar logo a terras tão doentias, me não retivesse antes, do que o temor dos incômodos, que podia experimentar no inverno”. Em março, havia recebido a autorização para a ida, “mas de nenhuma sorte poderia seguir viagem, por estar convalescendo de uma moléstia grave, que me tinha atacado a seis de janeiro, e me deixava sem forças até aquele tempo²⁴. Em seguida, afirma ter percorrido as Serras da Mutipa e do Uticulo, e depois as regiões de Mesa, onde não encontrou cobre, “mas outras minas”. Depois disso,

me recolhi a Moçambique, com umas terças dupla, que me puseram às portas da morte, como a V. Ex^a faço certo pelas atestações dos físico e cirurgião-mor, que me assistiram, ficando ainda agora convalescendo, e destituído inteiramente de forças²⁵.

Somente quase um ano e meio depois, Galvão da Silva estaria em condições de executar a prometida viagem. Também em carta a Martinho de Melo e Castro, o governador António Manuel de Melo e Castro informa ao ministro, a 1º de dezembro de 1786, que “Daqui a poucos dias, e neste mesmo mês, parte o secretário deste governo para as expedições dos Rios de Sena, que até agora não tem podido executar assim por causa das muitas, e repetidas moléstias que tem padecido²⁶. E o próprio naturalista afirmou em carta (15 de dezembro de 1786): “Em agosto do ano próximo passado tive a honra de escrever, e dar parte a V. Ex^a de não ter feito as viagens dos Rios de Sena pelos motivos que então referi a V. Ex^a; agora dou parte a V. Ex^a de estar desembaraçado e pronto a partir para Quilimane até o fim deste mês, para dar princípio às expedições filosóficas, apesar de as entrar a fazer só, e sem quem por ora me ajude por me faltarem a este tempo o desenhador e o jardineiro botânico; o primeiro por estar muito doente [...]; e o segundo por “se achar com praça assentada no Regimento de Infantaria”, por “conservar-se na mais repreensível ignorância, sem querer instruir-se para vir a ser útil às mesmas viagens” e por ter caído no “vício²⁷”.

A viagem realmente viria a ocorrer nos primeiros meses de 1787 – e sem o riscador António Gomes. O diário da Vila de Tete, no qual consta a data de 4 de julho de 1788, inicia-se com a afirmação de que o “desenhador que me acompanhava”, padecendo de uma disenteria, falecera no mês anterior. E que ele mesmo, Galvão da Silva, desde o segundo dia que esteve em Tete, sofreu de “febres intermitentes”, as quais “me duraram até o princípio de outubro²⁸. Notícia ter chegado ao local a 26 de março de 1787, e que logo se adoeceu. Termina afirmando estar há um mês em Sena, e que seguiria agora atrás das “produções da Manica²⁹. E é o que faz. No segundo diário, comenta que a viagem da Vila de Sena até Manica foi postergada devido ao “ataque de um pleuris bastardo” do qual foi alvo em julho (de 1788), tendo somente se recuperado quando “mudou a estação”, isto é, em meados de agosto daquele ano³⁰. O diário data de 1790, mas refere-se a um período bem mais curto, até 14 de novembro de 1788, quando concluiu o retorno de Manica a Vila de Sena.

Na “Memória sobre as Viagens Filosóficas”, pouco comenta sobre particularidades locais. Os comentários são quase sempre de ordem geral, podendo ser válidos para qualquer outra parte da África ou do mundo. Ao refletir sobre o “conhecimento físico do país” (no caso, Moçambique), Galvão da Silva fala de forma geral, insistindo na necessidade de “averiguação de certas enfermidades endêmicas próprias a certos países; das epidemias mais ordinárias em umas, que em outras terras; do modo de remediá-las, as ser possível; e enfim, de que modo debaixo de um clima nocivo se pode fazer uma habitação saudável”. Isso em função da “conservação dos homens”, isto é, de sua saúde. Deve o naturalista começar pelo exame dos “ares” e “clima” da região visitada, passando depois à “água” e aos alimentos consumidos. Nesses três fatores residiriam a “causa” das doenças.

Ao conceber os ares, a água e a alimentação como os fatores desencadeadores de males, parecia reverberar, de alguma forma, a chamada teoria humoral, concepção médica cuja origem remontava a Hipócrates. Segundo essa teoria, a saúde humana poderia ser afetada por fatores externos (clima, ar, alimentação etc.). Estes agiriam sobre os chamados humores (líquidos corporais), cujo desequilíbrio causaria febre ou outros distúrbios. Uma mudança climática, por exemplo, poderia resultar numa epidemia, agindo, assim, sobre diversas pessoas³¹ e, como veremos, Galvão da Silva pensava de maneira semelhante. Todavia, as soluções que propôs não eram típicas da teoria humoral. Não fala sobre sangramentos ou quaisquer outras intervenções que pretendessem “equilibrar os humores”. Nesse sentido, pode-se dizer que o pensamento médico de Galvão da Silva também inclui aspectos característicos do pensamento médico do século XVIII, particularmente aqueles relacionados à necessidade de circulação do ar nas cidades para dissipar o “ar corrompido”. Em Portugal, o médico António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) foi um dos representantes dessa concepção. Ribeiro Sanches idealizou projetos e políticas de saúde pública no contexto de reconstrução de Lisboa no período pós-terremoto, possivelmente tendo influenciado diretamente no plano urbanístico concebido por Manuel da Maia (1680-1768) – executado por Pombal – e nas reformas pombalinas da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (1772)³².

Assim, a despeito de considerar a alimentação e a água, a análise do autor incide principalmente sobre os climas e os ares – e sua circulação. Detalhe: pensa tais elementos sem necessariamente vinculá-los aos meios urbanos. Para ele, “Muitas são as causas que podem concorrer para inficionar-se o ar”. A existência de bosques, por exemplo, impede a entrada de sol, impedindo a renovação do ar, que, assim, carrega-se de “partículas húmidas” das plantas. Sucede-se aí a morte de insetos e outros animais e de pequenas plantas, gerando-se uma “podridão” da qual o ar, “embebendo-se pouco a pouco destes corpúsculos, vem finalmente a tomar tal índole, que tudo destrói por onde passa”.

É dessa maneira que se formam as epidemias: o ar corrompido leva “consigo a mortandade, para dali bem longe, e faz aparecer em lugares bem sadios”. O mesmo raciocínio que aplica aos bosques, estende para regiões com mares, rios, lagos, montes e charcos, as quais geram o apodrecimento de “numeráveis animais, vegetais, que ali morrem”, fazendo surgir uma “imensidade de insetos, que pouco depois com a sua morte mais aumentam a podridão”. É este ar corrompido que provoca as “febres pestilentas, que o vulgo chama carneiradas”.

As maneiras de remediar a causa desses males, isto é, tornar o ar “mais puro”, são duas: em alguns casos, depende-se apenas da ação da natureza, “que sempre o faz mandando-lhes violentos ventos, grandes trovoadas e chuvas abundantíssimas”; mas em outros, é necessário a intervenção da “autoridade pública”, que deve “desbastar os bosques, onde os há, para que, entrando o sol diariamente, volatilize aquelas partículas, que amontoadas causariam depois peste; fazendo cortar rios, abrir canais, e estancar lagoas: mandando edificar as povoações em lugares cômodos: regulando da mesma sorte a matéria, de que haviam de ser as casas, e como se haviam fazer”.

Fica claro, portanto, que a questão das doenças e epidemias certamente lhe prejudicou naqueles anos em Moçambique, e com base nos prejuízos sofridos buscou justificar as dificuldades por desenvolver o trabalho de naturalista. Ao mesmo tempo, apelou às autoridades por soluções, ainda que não tenha, nem mesmo neste caso, sido específico em relação às doenças e às condições naturais (bosques, mares...) que deveriam ser alvo da intervenção humana.

Transcrição

Memória sobre as Viagens Filosóficas³³

Manuel Galvão da Silva

146 Consistindo as riquezas de um Estado na maior soma de produções da natureza, e no artifício de as saber variar de diversas maneiras, segundo os diferentes usos da vida; e sendo a História Natural, ajudada da Física, e da Química que nos conduz ao verdadeiro conhecimento dos seres do universo; que nos ensina a sua índole, os seus usos e o modo, porque podemos viver em sua satisfeita abundância; e em uma palavra, que nos facilita os meios, não só de aproveitarmos-nos do que a natureza tem de mais útil às necessidades da vida, mas também de obrigarmos a terra a produzir muitas vezes debaixo de intratáveis climas aquilo que não produziria voluntária, se a indústria e fadiga do homem a não constrangessem, segue-se claramente de quanta importância seja o estudo desta ciência, tão cultivada nos reinos mais polidos da Europa, por ser a mais universal das ciências e das artes. Quanto não devem a Inglaterra, a Holanda aos seus filósofos? Quanto não deve a França ao seu Du-Hamel³⁴, e Suécia ao seu Linneu³⁵? Ainda dura entre os Hespanhoís a memória do Cardeal Ximense³⁶, igualmente político, que filósofo. Com efeito, se é dos deveres de um soberano, conhecer a extensão geográfica do seu país; e saber que nas suas fronteiras acabam os seus estados, e começam aqueles de seus vizinhos, para se conservar em paz e ao mesmo tempo não perder porção alguma do seu território; de que interesse não é que saiba aquilo que contém os seus domínios; tanto para vir a ser, à medida dos seus cabedais, mais poderoso e respeitado das outras nações, como para fazer felizes aos seus vassallos, já porque vivem em uma abundância interior, já porque levam para fora a todas as terras do mundo supérfluo, de que abundam. Para este fim é que todos os príncipes tem feito viajar os seus filósofos, mandando-os a remotíssimos climas, e não poucas vezes a terras, que não suas, para que carregados de conhecimentos e instruções que a natureza e o comércio dos homens lhes tem subministrado, possam um dia, na sua pátria, pôr em execução os mais industriosos planos. Sem viagens se não a prende a filosofia útil. Não é nos livros dos sábios, nem nos gabinetes de História Natural, onde deve ser contemplada a natureza: Universo inteiro é o grande livro das suas obras; é preciso buscá-la espalhada por toda a parte; igualmente ocupada em produzir as maiores, como as mais pequenas coisas. Não servem as viagens só de aumentar a teoria das ciências, nem se limitam, graças à boa filosofia, à conhecimentos estéreis; a exames metafísicos; nem à bagatelas literárias, e disputas de nada: servem de mostrar aos soberanos quanto podem tirar das suas possessões, servem de mostrar aos povos quais são os produtos que, ou a necessidade ou o luxo tem feito apreciáveis no mundo, e de ensinar-lhes enfim o meio de os manobrar de sorte que pareçam outros, ou de os transformar de todo em outros novos. Por toda a parte a natureza patenteia os seus tesouros aos humanos. Não há lugar na terra que se possa chamar estéril. No mais indivisível por todo o universo vivem criaturas que escapam à vista mais perspicaz. De tudo, quando pode, se aproveita o homem, e todas as coisas converte em seu próprio uso. Felizes os portugueses, dizia Linneu, se conhecessem os seus bens! Felizes porque tendo dilatadas colônias por toda parte, não somente para si tem tudo quanto se pode desejar, mas poderiam com os seus sobejos negociar com as demais nações felizes! Mas a quem, Exmo. Snr., digo estas verdades? Não são todas mais devidas às sábias máximas de V. Ex^a? De quanto gosto nós não enchamos ainda agora, eu e meus companheiros, por ouvirmos a V. Ex^a o mais completo elogio da filosofia? Assim é que recobramos o ânimo, que já de todo nos faltava, vendo-nos sem patrono, que nos protegesse, e achando em V. Ex^a o grande mecenas, que em todo tempo procuraram as ciências e as artes. À vista disto Exmo. Snr., eu me confundo, e não ousara falar em matérias, que tanto sabe V. Ex^a, se a liberdade de falar no que diz respeito à minha obrigação, me não fosse concedida por V. Ex^a.

Uma das grandes utilidades que pode resultar à Portugal das viagens, que manda Sua Maje. fazer nas suas conquistas, é aquela de se remeterem as produções naturais, para formarem um gabinete nacional, cujos produtos que a constituírem não são meras curiosidades que só servem de recrear os olhos, como infelizmente tenho ouvido alguns chamarem-lhe, que não deverão. A utilidade de semelhantes gabinetes é hoje no mundo sem contradição; pois à tem deste ser o livro da natureza; onde o homem aprende melhor a conhecer seu Criador pelas admiráveis maravilhas,

que tem obrado; do que pelos mais sublimes discursos da metafísica: Serve de inspirar aos portugueses o gosto, para abraçarem uma ciência, de que tanto pende a felicidade dos Estados.

Remetidos os produtos, resta ao naturalista o conhecimento e miúdo exame dos três reinos da natureza; animal, vegetal e mineral: da encadeação, que tem entre si todos os seres criados: da harmonia do sistema do mundo; e do seu influxo e aplicação ao gênero humano.

Mas como diferentes países pedem diversas observações, falarei mais em particular daquele que me coube por sorte, e ajuntarei algumas reflexões que me parecem necessárias, para se obter o fim desejado. Em Moçambique pois, como em qualquer outra terra; parte das observações, sendo meramente especulativa, isto é, não servindo mais do que de ornamento à História, qualquer que ela seja; parte, sendo prática, e que só diz respondendo aumento da medicina, da agricultura, do comércio e das artes, claramente se deduz que sempre deve ser preferida a indagação que nos encaminha ao útil àquela que não traz consigo senão o deleitável; para não virmos a ignorar o necessário, porque aprendemos o supérfluo.

Na classe das primeiras entra o conhecimento moral dos povos, que compreende os costumes, leis, religião, ritos, festas, jogos; o modo de se celebrarem as guerras, as pazes, as núpcias, os funerais; a maneira dos trajés, os instrumentos bélicos, e músicos: e em uma palavra, tudo quanto a barbaridade unida à mais grosseira superstição tem introduzido no coração dos povos incultos.

Na segunda classe entra o conhecimento físico do país e de seus habitantes, que pode ser chamado Geografia (enquanto a ela se referem as cidades, rios e as montanhas), e Medicina (enquanto por ela se indaga o curativo de que usam os povos, ainda os mais selvagens, e os remédios que aplicam nas suas enfermidades). A estas observações ainda se devem unir outras, como são a averiguação de certas enfermidades endêmicas próprias a certos países; das epidemias mais ordinárias em umas, que em outras terras; do modo de remediá-las, as ser possível; e enfim, de que modo debaixo de um clima nocivo se pode fazer uma habitação saudável.

Como esta parte das ciências naturais é assaz interessante; pois toda se aplica à conservação do homem: a primeira coisa a deve fazer um naturalista, é indagar de que qualidade é o ar; Como primeira causa da vida, e cujo influxo constitui, o que se chama bom ou mau clima.

Com efeito, entrando continuamente nos nossos bofes, por meio das repetidas inspirações que fazemos; e sendo mastigado com os alimentos que usamos, vê-se de quanta necessidade é para a vida, que este fluido em que vivemos mergulhados, seja puro, leve, elástico, livre desses vapores nocivos, de que está sempre carregada a atmosfera.

Muitas são as causas que podem concorrer para inficionar-se o ar, e vir a perder de algum modo a sua natureza elástica. Os bosques, que cercam muitas vezes um lugar, impedindo a entrada do sol, fazem que o ar fechado entre elas, sem se poder renovar, se carregue de partículas húmidas, que transpiram tão copiosamente as plantas, e de toda a podridão que ali sucede da morte dos insetos e alguns outros animais, e enfim de uma grande quantidade de pequenas plantas, e das mesmas folhas das árvores que ali apodrecem. O ar, embebendo-se pouco a pouco destes corpúsculos, vem finalmente a tomar tal índole, que tudo destrói por onde passa.

Muitas vezes o ar passando por semelhantes bosques, ou por terras empestadas por outras causas, vai levando consigo a mortandade para dali bem longe, e a faz aparecer em lugares bem sadios. Outras vezes a falta de ventos rijos, que, soprando com violência, possam agitar e renovar um ar, que, tendo-se condensado, resiste a um mais brande e elástico, e enfim muitas vezes a falta de grandes chuvas e de trovoadas, que tanto concorrem a purificar o ar, são outras tantas causas de serem muitas terras doentias.

O estar um lugar cercado de mares, de rios, de lagos; ser dominado por montes, cujos vales não dão boa saída; e mais que tudo, os charcos, que sucedem às grandes enchentes dos rios onde apodrecem inumeráveis animais, vegetais, que ali morrem, vindo a nascer logo naquela mesma corrupção dum imensidade de insetos, que pouco depois com a sua morte mais aumentam a podridão; que volatizada pelo nímio calor, nos climas quente, se reparte pelo ar; donde procedem as febres pestilentas, que o vulgo chama carneiradas.

Mas para se observarem tão terríveis efeitos, causados pelas inundações dos rios, e vizinhanças do mar, é preciso recorrer aos caudalosos Rios Guida, Zaire e Guança, que atravessam na Costa da Guiné as terras do Reino de Congo e Angola? Carecemos ir buscar os famosos Rios da Madeira e Tocantins? Que nascendo de uma e outra parte da cordilheira na latitude de vinte dois graus austral se estendem quase até a Capitania do Espírito Santo. Da outra banda de Lisboa está Coima, e nela se levantam nevoeiros tão espessos como aqueles que formam as Caximbas na Costa de Leste. Bem pouco sadias são as terras de borda d'água; e aquelas que estão sitas em lugares baixos e alagadiços. Não vemos cada ano grassar a epidemia e fazer terríveis estragos nas vilas e cidades de Portugal? Que violentas catarrais não padecerão este ano os de Lisboa na guarda do outono? Quem ignora o que tem acontecido nas caldas? E, contudo, não podemos dizer se servia de fato uma proporção ridícula e degradada pelo bom senso que Portugal é inabitável, ou pelo menos pouco sadio. Verdade é que as colônias de Portugal estão sitas entre os trópicos, desde Cabo Verde até a China, onde devem reinar o calor e humidade, que são as causas da podridão; mas é igualmente certo que as constantes virações de terra refrescam o ar; varrem e a limpam a atmosfera: e que os mais fragrantos aromas, que ali produz a natureza com tanta profusão servem de embalsamar o ar, e de fazê-lo capaz de se viver nele sem incômodo. Os frutos mais saborosos e os mais úteis à saúde, dos quais há naqueles climas tanta variedade, impedem com os seus ácidos os efeitos da podridão; e conservam em equilíbrio aquela tendência, que tem o nosso sangue e humores, de se fazerem alcalicos, e ainda nos que gozam da melhor saúde.

Conhecida a natureza, devem-se indicar os meios de fazer mais puro e de remediar os males, que se seguem à economia animal da sua impureza. Terras há contudo, que o seu remédio, mais difícil de aplicar, pende só da natureza, que as socorra; que sempre o faz mandando-lhes violentos ventos, grandes trovoadas e chuvas abundantíssimas, tais são as Ilhas de Cabo Verde, que o muito sargaço, que se cria ao redor delas, apodrecendo como demasiado calor, não só as faz pouco sadias, mas seriam de todo inabitáveis, se não fossem as grossas chuvas, que duram por todo abril, maio e junho, e os ventos gerais, que ventam do sudeste a nordeste. Talvez que se pudesse acudir mais prontamente do que se imagina aos males que causa esta planta, cujas raízes, pregadas ao fundo do mar, é impossível arrancá-las, e vem a ser, queimar uma pouca, a se ver se dá bastante quantidade de sal que possa servir em lugar da barrilha, ela contém, como a salicórnia o mesmo alcalino mineral; e tirar-se-ia desta planta não pequena utilidade nas vidrarias.

148

Outras terras padecem males, que podem fazer cessar a autoridade pública; fazendo desbastar os bosques, onde os há, para que, entrando o sol diariamente, volatilize aquelas partículas, que amontoadas causariam depois peste; fazendo cortar rios, abrir canais e estancar lagoas: mandando edificar as povoações em lugares cômodos: regulando da mesma sorte a matéria, de que haviam de ser as casas, e como se haviam fazer; porque é indubitável que na zona tórrida as casas altas são menos infectas, por estarem mais livres de humidade. Da mesma sorte as casas de adobes, ou simplesmente de barro, são menos cômodas do que aquelas onde entra a cal, porque aquelas sempre são húmidas, estas defende-as a cal, como um poderoso verniz, que não podem as águas dissolver; e com o seu sal ao mesmo tempo resiste à podridão: donde, segundo me parece, não é de pequena importância em qualquer terra o exame das argilas, não sendo difícil a construção de um forno para telha e tijolo; quando por outra parte o fazer a cal não é de algum trabalho, havendo lenha e conchas, ou pedras calcárias.

Temos considerado até aqui o ar como carregado de outras partículas que não são as metálicas, e as sulfúreas, que servem de formar tão maravilhosos, como temíveis efeitos; produzindo os trovões, os relâmpagos, os raios e mil fenômenos diferentes da electricidade, cujo conhecimento serve para se conhecer mais individualmente a formação dos raios, dos quais já sabemos livrar os edifícios por meio dos condutores metálicos. Além disto, um naturalista tem muitas mais coisas que observar a respeito do ar, como são os graus de calor e de frio; os ventos gerais, e que reinam mais em um país; que tudo tem aplicação, a conhecer-se melhor o clima das terras, os temperamentos dos indivíduos, e enfim a dar razão das causas naturais.

Do conhecimento do ar se deve passar àquele das águas, cuja análise é dos objetos mais importantes principalmente naquelas terras, que o vulgo tímido chama pestilenciais. Toda a água em geral é impura, como mostra a sua destilação: mas menos nociva seria à vida, se toda a sua impureza viesse tão somente das partículas que encontra no ar, e não topasse na sua passagem por canais subterrâneos, e ainda a superfície da Terra, com leitões de sal, e com

minas, que, se excetuamos o ferro, que se acha mesmo no nosso sangue sem detrimento da saúde, todas elas com os seus metais, menos a prata e ouro, são danosos, e capazes de matar repentinamente, se a água as chega a dissolver, tendo-se dentes carregado de ácidos. Todos sabem hoje os maus efeitos que causam os vasos de cobre e chumbo nos usos domésticos a que se aplicavam em outro tempo, sem algum reparo, nas cozinhas, que farão as águas podendo passar não só por estas minas, mas pelas Minas de Rosalgar, cuja natureza média entre aquelas dos semi-metais, e dos tais, se deixa tão facilmente atacar das águas. As que passam por sais, por enxofres, que estão já dispostas, pelo intermédio dos mesmos sais, a se dissolverem; e as que se enchem de ácidos, são igualmente perigosas. A tudo isto ainda se deve ajuntar o conhecimento das águas termais célebres pelo seu calor ou frio; e pelos contentos que se encontram nelas.

Conhecida a natureza do ar e das fontes, e sendo por outra parte sabido que os alimentos de Moçambique, e das terras entre os trópicos, são como aqueles do Brasil, os mais próprios que podia dar a Natureza aos viventes, tem-se conhecido tudo, que forma as doenças, que os médicos chamam não-naturais³⁷; e que tem origem no ar e nos alimentos.

Não só, como fica dito acima, se devem indagar as moléstias e as suas causas, como fez, no Egito Próspero Alpino³⁸, e no Brasil o holandês Marcgravió³⁹; mas notar os remédios, de que se valem os povos, por mais bárbaros que sejam, nas suas doenças. Quase todos os remédios, que se empregam na farmácia, contanto fruto da Medicina, e utilidade do gênero humano, foram assim descobertos: primeiro os ensinou aos viventes a provida natureza; o longo uso aprovou a sua bondade, e enfim a Medicina a abraçou; achando neles pela razão, e pelas experiências mais decisivas, os princípios infalíveis da saúde.

Enquanto ao modo prático de curar as doenças, e restaurar a saúde perdida, pertencendo à sua parte particular da Medicina; dela não direi, senão que a Moçambique, e a quaisquer outras colônias portuguesas, não chegaram ainda, à exceção da quina-quina, aqueles remédios, que tem a matéria médica de mais poderosos, e a Química de difíceis, e senão for a arriscar uma proposição, que alguns pareceria temerária, diria que, ou a Medicina não concorre nada para a conservação dos homens; ou que aquelas terras são as mais sadias do mundo, visto que os homens ali entregues nas suas doenças ao cuidado da natureza, não só escapam, mas vivem muitos anos sem males.

Segue-se daqui ser tão falso o dizer-se que Moçambique é doentio como era insensato o dito dos antigos, que a zona tórrida era inabitável, tempo em que eram tidos por hereges os bispos, e os mesmos papas, se falavam em outro mundo, que não fosse o conhecido naqueles séculos. Da mesma sorte eram olhadas dantes as terras do Brasil, até que, desenganados os portugueses, iriam para ali habitar todos e deixariam ermas muitas terras de Portugal, se as sábias leis os não coibissem.

Toda a mudança súbita no homem lhe pode ser perigosa: o seu temperamento, formado pelo ar, onde nasce, e o costume de viver sempre debaixo do mesmo céu o faz estranhar o mais saudável clima. Não falo das causas, e estas são as ordinárias, que fazem o homem atribuir aos climas doenças, que se contraíram no mar. Todo mundo sabe que os homens, os animais e as plantas não podem viver por muito tempo no mesmo ar que respiram; os homens e os animais logo morrem, se os obrigam a estar um instante onde senão renova o ar: nos navios há lugares onde o ar não é agitado e, se ajuntarmos a isto as comidas salgadas, e muito próximas, algumas delas à podridão; veremos que em nós mesmos já vai o fermento das febres pestilenciais, das diarreias de sangue, e do escorbuto tão frequente no mar. Ora, como poderão, especialmente os miseráveis degradados, livrar-se destes males, e chegar à terra com saúde? Por ventura dão-lhes os mestres dos navios o vinagre suficiente, não só para as suas comidas, mas para borrifarem os seus ranchos, e misturarem com a água que bebem? Ninguém ignora que assim se preservavam as grandes armadas dos romanos, e que as suas provisões d'água eram iguais àquelas de vinagre: há bem pouco conservaram sem algum incômodo as armadas da Grã-Bretanha na América, pelas provisões do limão e do vinagre. Muitas vezes um remédio fácil e baratíssimo não se aplica para impedir a podridão inevitável nos navios; tal é a cal, que misturada nos tonéis com a água deles, sem lhe tirar o ser potável, é tão boa para corrigir a bebida, como será o melhor antiescorbútico.

Resta tratar das produções naturais que devem haver em Moçambique. É certo que, estando no continente d'África, que é igualmente abundante em produtos, como as outras partes do mundo, serão de tanto interesse ali as

indagações de um naturalista, como no Brasil. Acham-se em África toda sorte de vegetais, de drogas e especiarias úteis à Medicina e ao comércio: há resinas, gomas, e bálsamos de suma importância: há paus de tintas e madeiras de tanto preço, como as da América. E como Moçambique está no mesmo clima da Bahia, não só há de ter Plantas, que sejam próprias d'África, mas há de ter muitas do Brasil; sendo uma verdade demonstrada, e confirmada pela experiência, que debaixo das mesmas latitudes, o influxo do Sol sendo o mesmo, não só se podem dar as plantas que para ali são transplantadas de climas iguais, mas de fato tem muitas plantas comuns. Quanto não há que examinar neste reino da natureza?

Da mesma sorte, no reino animal, há uma prodigiosa quantidade de animais naqueles países, que se não encontram em outra parte; tudo ali é mais raro; os seus pássaros são mais belos que os do Brasil; e as ovelhas d'África são que produzem as mais estimáveis lãs.

O reino mineral enfim compreende os metais, semi-metais; os sais, os betumes; os enxofres; as terras; e as pedras. Que coisas pois mais importantes? O ouro, a prata fazem ricas as terras d'África: o muito âmbar faz preciosas as suas costas.

Que dilatado campo pois senão oferece em Moçambique, para fazer as suas observações um naturalista. Mas qual seria o que pudesse, sem desanimar, não digo observar; mas ainda contemplar e muito, que há, digno de ser examinado nas suas vizinhanças. “Quando cheguei, diz Forster⁴⁰, esse sábio naturalista inglês, ao Cabo da Boa Esperança, e repentinamente me vi metido em uma região tão abundante de plantas, e povoada de animais, desanimei logo do que tinha premeditado; porque vi que eu e meu filho⁴¹ não podíamos absolutamente com tão grande trabalho. Havia inumeráveis plantas, que apanhar; montes altíssimos que subir; vales que descer; bosques que atravessar; aves que matar à espingarda; peixes que pescar, conchas que recolher. Sem embargo disto me resolvi a não poupar-me a trabalho algum. Sobreveio à minha resolução a felicidade de ali chegar então Andre Sparrmanno⁴², um dos discípulos de Linneu, eu ia de propósito examinar a flora e fauna do Cabo da Boa Esperança, com quem nos ajuntamos, distribuindo pelos três o trabalho, de modo que, o que eu fazia era descrever os animais; Sparrmanno, examinar plantas; meu filho, dispô-las em volumes; consultando no fim todos uns com outros sobre o examinado e descrito; e ainda assim, para o que havia que fazer, não bastavam todas as nossas mãos”.

Não insisto mais Exmo. Snr., sobre a matéria das expedições filosóficas, não porque tem a enfadar as Ex^a, que senão desgosta de ouvir falar, no que serve de interesse a Portugal; mas porque, nem o limitado espaço de três dias, que tomei, para executar a toda a pressa as ordens de V. Ex^a, me pode fornecer de ideias mais ajustadas; nem os objetos da natureza podem ser retratados, senão à vista dos seus originais. Contento-me com ter referido antes o imenso trabalho que gastariam, antes que se acabassem, uma continuada série de muitas vidas; do que em mostrar os meios, porque se pode conseguir uma boa história de Moçambique. A V. Ex^a toca formar os planos que eu devo executar com a mais pronta obediência; ou seja mandando-me ocupar na agricultura, na extração das minas e nas artes; ou seja, empregando-me em outro qualquer sujeito que pertença à minha profissão; pois, não só, como V. Ex^a sabe, aprende um naturalista a recolher, preparar, conservar e remeter as produções naturais; mas a fazer uso delas, e a ajuntar-lhes todas as observações físicas e químicas.

Manoel Galvão da Silva

Fim.

Notas e referências bibliográficas

Breno Ferraz Leal Ferreira é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, e atualmente bolsista de pós-doutorado da FAPESP junto ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: breferreira@gmail.com

- 1 SILVA, Manoel Galvão da. *Observações sobre a História Natural de Goa, feitas no anno de 1784*. Nova-Goa: Imprensa Nacional, 1862.
- 2 Cunha Rivara informa que houve uma publicação do diário de Manica feita no Boletim e Annaes do Conselho Ultramarino nº 23 de abril de 1856. (RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. Advertência do editor. In: SILVA, op. cit., 1862
- 3 SILVA, Manoel Galvão da. Diário ou Relação das Viagens Filosóficas, nas Terras da Jurisdição de Tete e em algumas dos Maraves e Diário das Viagens feitas pelas terras de Manica por Manoel Galvão da Silva em 1790. In: *Anais da Junta de Investigações do Ultramar*, v. IX, t. I, Lisboa, 1954.
- 4 O documento original não tem título próprio, data ou destinatário. Mantivemos o título atribuído pela Academia das Ciências de Lisboa, onde o manuscrito se encontra. Encontra-se junto a documentos de Manuel Dias Baptista. É possível que consista numa cópia.
- 5 As descrições mais completas da trajetória de Manuel Galvão da Silva se encontram em SIMON, William Joel. *Scientific expeditions in the Portuguese overseas territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the Intellectual-scientific community of the late eighteenth century*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983, p.59-78 e RODRIGUES, Eugénia. As viagens filosóficas de Manuel Galvão da Silva, p. 362-371. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello & CRUZ, Ana Lúcia Barbalho da (Orgs.). *Os naturalistas do Império: O conhecimento científico de Portugal e suas colônias*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2016. Ver também PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)* - Anexos. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2006, p.151-153; PATACA, Ermelinda Moutinho. *Mobilidades e permanências de viajantes no Mundo Português: entre práticas e representações científicas e artísticas*. Tese de Livre-Docência. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2015, p.378.
- 6 PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Brasileiros a serviço do império: a África vista por naturais do Brasil, no século XVIII. *Revista Portuguesa de História*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, tomo XXXIII, 1999, p.154-155.
- 7 In: *De Vandelli para Lineu. De Lineu para Vandelli: correspondência entre naturalistas*. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008, p.58.
- 8 *Florae Lusitanicae et Brasiliensis Specimen et Epistolae ab Eruditis Viris Carolo A Linné, Antonio de Haen ad Domenicum Vandelli Scriptae*. Coimbra: Tipografia Acadêmico-Régia, 1788.
- 9 Carta do Secretário d'Estado Martinho de Melo e Castro ao Governador da Índia D. Frederico Guilherme de Sousa. In: SILVA, op. cit., 1962, p.1.
- 10 Apud. SIMON, op. cit., 1983, p.149.
- 11 *ESTATUTOS da Universidade de Coimbra do anno de MDCCLXXII*. Livro III. Lisboa: Na Régia Oficina Tipográfica, 1773, p.353-358. Grifos do autor.
- 12 VANDELLI, Domenico. Viagens filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações, deve principalmente observar. In: *O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro Dantes Editora, 2008, p.93-94.
- 13 VANDELLI, op. cit., 2008, p.95-96.
- 14 SILVA, op. cit. 1862, p.37-38.
- 15 Na carta endereçada a Melo e Castro em agosto de 1785, portanto anterior àqueles diários, afirma que conserva "apontamentos no meu diário", mas que não pode dar "ideia mais clara" do que viu em função de estar doente. (Apud. SIMON, op. cit., 1983, p.152).
- 16 VANDELLI, op. cit., 2008, p.94-95.
- 17 Veja-se as cartas de Manoel Galvão da Silva: "Carta para Julio Mattiazzi sobre as remessas de Minerais, peixes, herbário e desenhos de plantas de Goa. Goa, 28 de Janeiro de 1784" (AHMB – CN/S – 27). "Carta para Julio Mattiazzi relatando sua viagem para a Bahia e as primeiras observações e coletas. Bahia, 16 de Junho de 1783" (AHMB – CN/S – 26), "Carta sobre suas primeiras incursões em Goa. Goa, 28 de Janeiro de 1784" (AHMB – Rem. 387), "Carta para Julio Mattiazzi relatando sua chegada a Moçambique. Moçambique, 18 de Agosto de 1784" (AHMB – CN/S – 28), "Carta para Julio Mattiazzi sobre suas atividades em Moçambique. Moçambique, 15 de Dezembro de 1786" (AHMB – CN/S – 30).
- 18 Apud. SIMON, op. cit., 1983, p.152.
- 19 RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008, p.112.
- 20 SILVA, op. cit., 1862, p.8-10.
- 21 SILVA, op. cit., 1954, p.330-331.
- 22 Se, de fato, trata-se de carta redigida a partir de 1788, nesse caso Galvão da Silva já teria feito viagens de pesquisa, mas, por alguma razão, omitiu-as a seu interlocutor.
- 23 SIMON, op. cit., 1983, p.151.
- 24 Idem.
- 25 SIMON, op. cit., 1983, p.152.
- 26 SIMON, op. cit., 1983, p.153.
- 27 SIMON, op. cit., 1983, p.154.
- 28 SIMON, op. cit., 1983, p.313.
- 29 SIMON, op. cit., 1983, p.319.
- 30 SIMON, op. cit., 1983, p.323.
- 31 MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira; SILVA, Paulo José Carvalho da; MUTARELLI, Sandra Regina Kuka. A teoria dos temperamentos: do *corpus hippocraticum* ao século XIX. *Memorandum* 14, abril/2008. Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP, p.10-11.
- 32 LIEPKALN, Julie Hamacher. *Saber médico e reformismo ilustrado: Antônio Nunes Ribeiro Sanches e as políticas de saúde pública em Portugal (1750-1792)*.

Dissertação de mestrado. UNICAMP, Campinas, 2017, p.87-101 e 109-118.

- 33 Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. Série Azul 318, folhas 47 a 54. Mantivemos a forma escrita original dos nomes próprios.
- 34 Henri Louis Duhamel du Monceau (1700-1782). Naturalista, autor de diversas obras sobre agricultura e botânica. Foi membro da *Académie des Sciences*. Numa relação de livros indispensáveis para os viajantes, enviada por Vandelli a Melo e Castro, constam três obras de Duhamel: *Principes de L'Agriculture*, *L'Art de raffiner le sucre* e *L'Art de Ciergeir*. Cf. "Letter of Domingos Vandelli to Martinho de Melo e Castro" (1778). In: SIMON, 1983, op. cit., p.137.
- 35 Carl Nilsson Linnaeus (1707-1778). Naturalista, fundador da Academia Real das Ciências da Suécia e autor de diversas obras, como o *Systema Naturae* (1735).
- 36 Francisco Jiménez de Cisneros (1436-1517). Arcebispo de Toledo, regente de Castela e fundador da Universidade Complutense.
- 37 Grifo do autor.
- 38 Prospero Alpini (1553-1617). Naturalista e médico, residiu três anos no Egito investigando a botânica local.
- 39 George Marcgraf (1610-1644). Naturalista, cujas pesquisas ao lado de Willem Piso (1611-1678) no contexto do Brasil Holandês, resultaram em sua obra *Historia naturalis brasiliae* (Amsterdam: Elsevier, 1648).
- 40 Johann Reinhold Forster (Dirschau-1729 – Halle-1798). Acompanhou James Cook (Yorkshire-1728 – Havai-1779) em sua segunda expedição ao Pacífico (1772-1775), saindo de Plymouth e passando antes pelo oceano Índico.
- 41 Johann Georg Adam Forster (1754-1794), naturalista que acompanhou o pai, Johann Reinhold Forster, na expedição de Cook.
- 42 Andres Sparrman (1748-1820). Naturalista, discípulo de Lineu e realizador de viagem à China, na qual também passou pelo Cabo da Boa Esperança.